

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

IDEOLOGIA NA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS OCUPAÇÕES URBANAS E REMOÇÕES NA PANDEMIA DE COVID-19

Míriam Santini de Abreu

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

misabreu@yahoo.com.br

RESUMO O artigo examina como operam os mecanismos da ideologia na cobertura jornalística das ocupações urbanas e das remoções na pandemia de Covid-19. O material de análise é composto por dez reportagens, sendo oito do jornalismo tradicional e duas do jornalismo independente brasileiro. Analisa-se também como a alienação urbana aparece nas reportagens, que revelam o agravamento, pela pandemia, do processo que leva do aluguel instável à ocupação, e da ocupação à remoção e à situação de rua. Busca-se, com a pesquisa, desvendar como opera a ideologia nas coberturas no entendimento de que o jornalismo comprometido com a crítica do cotidiano precisa elucidar a experiência vivida no espaço, contrapondo-se ao jornalismo que interpreta os conflitos socioespaciais unicamente a partir da lógica do estado e do mercado.

Palavras-chave: Ideologia; Alienação urbana; Ocupações urbanas.

O artigo examina como operam os mecanismos da ideologia na cobertura jornalística das ocupações urbanas e das remoções. A pandemia de Covid-19 agravou as condições de moradia de milhares de pessoas, e uma das lutas do movimento popular é justamente contra as remoções e despejos, incompatíveis com as contraditórias orientações do poder público para que as pessoas fiquem em casa, pratiquem o isolamento social e reforcem medidas de higiene. Segundo a Campanha Despejo Zero, 14.301 famílias foram removidas durante a pandemia no Brasil entre 1º de março de 2020 e 6 de junho de 2021, e 84.092 estão ameaçadas de remoção, fato que tem sido tematizado, assim como o aumento das ocupações urbanas espontâneas e organizadas, na imprensa (DESPEJO ZERO, 2021).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

O material de análise é composto por dez reportagens, sendo oito do jornalismo tradicional e duas do jornalismo independente brasileiro¹. Busca-se, com a pesquisa, desvendar como opera a ideologia nas coberturas no entendimento de que o jornalismo comprometido com a crítica do cotidiano precisa elucidar a experiência vivida no espaço, contrapondo-se ao jornalismo que interpreta os conflitos socioespaciais unicamente a partir da lógica do estado e do mercado. Nas reportagens, mapeiam-se também os processos de alienação urbana, aqui tomada na perspectiva de C. Sánchez-Casas (1987).

Sánchez-Casas afirma que a alienação se subjetiviza de maneiras diferentes, que variam conforme seus efeitos são apreendidos em relação a um ou outro dos elementos da realidade social e dos níveis de existência. Ao teorizar sobre os três níveis da existência humana, Sánchez-Casas menciona o nível do vivido, na esfera da consciência prático-sensível; o nível do concebido, na esfera da consciência cognitiva; e o nível do percebido (cotidiano), participando das duas esferas² (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 19).

Além da definição dos três níveis da existência humana, Sánchez-Casas desenvolve os conceitos de *conjunto social*, *meio institucional* e *meio físico*, que, em resumo, assim se definem: em relação às formações sociais, o *conjunto social* é o conjunto de indivíduos inseridos na estrutura de classes correspondentes e interrelacionadas no seio desta estrutura, que integram uma formação social; o *meio institucional* – integrado pelas instâncias econômica, político-administrativa e sociocultural – é o conjunto de instituições, socializadas ou cristalizadas, que aparecem

¹ A designação de imprensa/jornalismo tradicional, também chamada de convencional, faz referência aos grupos e empresas controladoras do setor no Brasil. Sobre o jornalismo independente, há inúmeras pesquisas que investigam o tema, sendo uma delas o trabalho de M. Silva (2017), que mapeia 30 iniciativas criadas entre 2013 e 2015 no Brasil, por ela denominadas *novas experiências de jornalismo*. Segundo a autora, as expressões geralmente aplicadas a esse tipo de iniciativa – jornalismo independente, jornalismo alternativo, mídia radical, mídia contra-hegemônica – não dão conta de toda a variedade de propostas que compõem tais iniciativas. Este artigo toma o papel da imprensa tradicional/hegemônica como o de manutenção da ordem social e, em contrapartida, o da imprensa independente/alternativa/contra-hegemônica como o de crítica a esta ordem para a construção de outro modo de organização social.

² Em nota, ele menciona que são conceitos utilizados por H. Lefebvre, mas adverte que os sentidos dados a eles não coincidem exatamente com aqueles atribuídos pelo autor francês, por estarem integrados em um edifício teórico diferente (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 86).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

em toda a formação social, sendo que a cristalização se refere ao fato de a instituição gerar comportamentos que são consolidados, invertendo seu papel original e revelando assim seu caráter controlador; o *meio físico* é o conjunto de elementos e objetos naturais e artificiais que constituem o suporte e o marco em que se assenta o conjunto social e no qual os indivíduos que o compõem desenvolvem suas atividades (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 13). A partir desses três níveis, para Sánchez-Casas, a alienação se vive como:

-*segregação* (em relação ao conjunto social) [1]

-*dominação* (exploração econômica, opressão política e/ou coisificação cultural) em relação ao meio institucional [2]

-*agenitud*³ (desorientação geográfica e estranhamento em relação ao meio físico) [3]

Segundo o autor, no nível do *vivido*, a *segregação* em relação ao conjunto social [1] se sofre como isolamento, como impossibilidade de convivência intersubjetiva de sentimentos. No nível do *cotidiano*, ela é sofrida como marginalização:

O resto do conjunto social aparece como inacessível, quando não opressivo; não existe possibilidade de comunicação, não se compartilham necessidades e as vidas coexistem transcorrendo paralelamente ainda quando estejam espacialmente próximas. A vida do outro se mostra inalcançável. (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 24)

No nível do *concebido*, a segregação é ideologização:

(...) “o outro” é impenetrável para nosso conhecimento e sua realidade fica reduzida para nós à sua aparência, pois é captado exclusivamente como personificação de um rol, com o qual nossa comunicação é aparente e real nossa solidão. (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 24)

³ Traduções do espanhol feitas pela autora. Não encontramos expressão mais pertinente em português. Em espanhol, outra palavra usada para se referir à classificação de Sánchez-Casas é *extrañamiento* em lugar de *agenitud*.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

Com respeito ao meio institucional, a alienação aparece como *dominação* [2], e a relação com aquele meio perde toda a espontaneidade e se converte em uma representação mecânica das condutas exigidas pelas instituições cristalizadas, em que o homem intervém como coisa (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25). No *vivido*, essa situação é sofrida como isolamento:

(...) as instituições não aparecem como minhas instituições, e sim como instituições do outro, e a cristalização de comportamentos anula a capacidade de apreensão direta prático-sensível que teria consequências contraditórias com a monotonia imposta da atividade. (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25)

No nível do *cotidiano*, a dominação se vivencia como marginalização do meio institucional, que aparece como poder estranho que oprime e restringe a liberdade, levando à perda da espontaneidade no comportamento (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25). Já no nível do *concebido*, a dominação provoca a ideologização do conhecimento, aceitando como naturais e inevitáveis situações que são produto de determinadas relações de poder (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25).

A alienação em relação ao meio físico manifesta-se como *desorientação* [3], e a solidão que se reflete no *vivido* é a incapacidade para vivenciar o meio como fonte de sentimentos:

Se, quando há apropriação, nos fundimos com o ambiente geográfico ou arquitetônico e nos perdemos com imenso prazer em suas cores, suas formas e seus sons, quando o relacionamento é alienado, o ambiente se torna opaco, porque nossa capacidade de sentir isso desaparece. (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 24)

No nível do *cotidiano*, a *desorientação* é sofrida como marginalização. O meio físico, seja ele artificial ou natural, não se oferece à familiarização, e nele o homem encontra-se perdido e desenraizado (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 24). O autor afirma que a alienação em relação ao meio físico tem sido e é paradigmática nas grandes cidades, e paradigmática também é a falsa consciência dessa alienação. O exemplo disso dado por ele é a reivindicação do filósofo socialista francês Charles Fourier (1772-1837) e outros utopistas da volta ao campo, manifestada hoje pela reivindicação do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

“ecologismo ingênuo”, reclamando a volta ao “paraíso perdido” (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25).

Sánchez-Casas afirma que, em uma relação apropriada, o indivíduo se reconhece na realidade social através de qualquer um de seus elementos e como co-partícipe em sua construção, reconhecendo-a como sua obra. Ao contrário, na relação alienada, a realidade social se impõe ao indivíduo como algo alheio à sua atividade, como um fato impenetrável e até opressivo (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25). Tomar consciência da alienação, segundo o autor, implica compreender o processo de seu aparecimento, seguido de uma prática específica tendente a mudanças de suas causas objetivas. Mas, alerta ele, isso não evita que surjam circunstâncias que impeçam, desviem ou atenuem a execução dessa prática. É quando aparece o estado de “má consciência”, delegando-se a outros a execução ou a responsabilidade da práxis libertadora (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25). Sofrer os efeitos da alienação, diz o autor, e não encontrar vias para superá-la, por não a compreender como tal, produz o estado de anomia. Há ocasiões também em que mesmo a tomada de consciência da alienação não transforma a realidade social. A estratégia pode ser apenas apartar-se, isolando-se conscientemente do entorno para, em alguns momentos, escapar de suas condicionantes (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25). Há, por fim, um comportamento frequente na alienação, que o autor nomeia destruição como apropriação: o indivíduo marginalizado destrói símbolos do meio institucional ou elementos do meio físico como uma forma de impor, sobre a sociedade que o oprime, seu inexistente poder (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 26).

Em síntese, o esquema das formas de alienação do autor aparece no Quadro 1:

Quadro 1: Síntese das formas de alienação em C. Sánchez-Casas

FORMAS DE ALIENAÇÃO	MANIFESTAÇÃO NOS 3 NÍVEIS DE EXISTÊNCIA VIVIDO, CONCEBIDO E PERCEBIDO (COTIDIANO)		
Segregação em relação ao conjunto social [1]	Vivido: isolamento	Concebido: ideologização	Cotidiano: marginalização
Dominação em relação ao meio institucional	Vivido: isolamento	Concebido: ideologização	Cotidiano: marginalização

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

[2]			
Desorientação geográfica e estranhamento em relação ao meio físico [3]	Vivido: solidão	Concebido: ideologização (falsa consciência)	Cotidiano: marginalização

Organização da autora

É na perspectiva dessa classificação de Sánchez-Casas sobre a alienação urbana que a ideologia será analisada nos materiais jornalísticos. O conceito de ideologia tem uma longa trajetória nas ciências sociais, mas com diferentes perspectivas, mesmo em relação ao entendimento de como ele aparece na obra de K. Marx. O vocábulo é anterior a Marx, mas em sua obra adquire uma dimensão nova, de um fenômeno histórico destinado à preservação ideal da ordem da exploração material estabelecida, desenvolvida no livro *A ideologia alemã*, escrito com F. Engels entre 1845 e 1846, e em obras posteriores, como nos *Grundrisse*, escritos entre 1857-1858. Iasi (2011) afirma que o conceito de ideologia em Marx é inseparável das características de *inverter, naturalizar, ocultar e apresentar o particular como se fosse universal*:

- . ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de ideias;
- . ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e, daí, sua justificação;
- . ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais (IASI, 2011, p. 81)

Iasi afirma que o ocultamento, a inversão e a naturalização não implicam a “falsidade” da ideologia: “Aquilo que aparece invertido na ideologia é expressão de um mundo invertido” (IASI, 2014, p. 119-20). A fonte desta afirmação está no livro *A ideologia alemã*, escrito por Marx e Engels como um ajuste de contas com os neo-hegelianos de esquerda, os seguidores de Hegel que apostavam na primazia das ideias para a mudança da realidade. A representação invertida do mundo que se dá na

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

ideologia, explica Ludovico Silva, é a crença *ideológica* de que são as ideias que produzem a história, e não a história que produz as ideias (SILVA, L., 1971, p. 39).

Segundo Iasi, ao ser a expressão das relações sociais dominantes que conformam um determinado modo de produção, a ideologia é uma visão de mundo correspondente (IASI, 2014, p. 120). Por este vínculo com as relações reais que expressa idealmente, a ideologia, acrescenta o autor, opera como poderoso meio de legitimação e justificativa das atuais relações existentes, tendo a função, portanto, de instrumento de dominação de classe (IASI, 2014, p. 120). Outro elemento apontado pelo autor desdobra a afirmação de que a ideologia se fundamenta na cisão entre o interesse particular e o interesse geral, apresentando um determinado interesse particular como se fosse geral:

Não se trata de determinada sociedade (a burguesa), mas “a” sociedade, não se trata de uma forma particular de produzir bens (a forma mercantil capitalista), mas “a” economia, assim como não de uma forma particular de família (a família mononuclear burguesa), mas “a” família, não do Estado burguês, mas da esfera ético-política como momento possível da generidade humana. No quadro de uma ideologia os valores são sempre apresentados como universais, precisam ser assim apresentados, mas o que determina sua universalidade não é a validade ou coerência em si mesmo deste ou daquele valor, mas da relação concreta da qual ele se origina. Não é possível o fenômeno ideológico sem a cisão entre o interesse particular e o genérico, mas esta cisão é – como vimos – historicamente determinada e se funda numa particular divisão social do trabalho (IASI, 2014, p. 121).

É a partir dessa compreensão da alienação urbana e da ideologia que a seguir se analisa o conjunto de reportagens jornalísticas que abordam o tema da situação de moradia em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em Florianópolis ao longo da pandemia de Covid-19 (Tabela 1).

Tabela 1 – Reportagens analisadas

Data (de 2020 a 2021)	Tipo de veículo	Título
------------------------------	------------------------	---------------

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

1 – NOTÍCIAS DO DIA 22 ago. 2020	Tradicional	Invasão define o caos urbano na região central de Florianópolis
2 – O GLOBO 23 fev. 2021	Tradicional	Pobreza da pandemia tira até o teto: 'Sem renda, não tive opção', diz morador de rua
3 - G1 24 mar. 2021	Tradicional	Sem renda e sem emprego, pessoas são obrigadas a viver nas ruas do Rio
4 - FOLHA DE S.PAULO 30 mar. 2021	Tradicional	Desemprego, fome e falta de teto escancaram a miséria na São Paulo pandêmica
5 - FOLHA DE SÃO PAULO 30 abr. 2021	Tradicional	Pandemia e pobreza transformam São Paulo em cidade das tendas
6 - FOLHA DE S.PAULO 30 abr. 2021	Tradicional	Sem dinheiro para o aluguel, famílias formam novas favelas em SP
7 – EL PAÍS 2 jun. 2021	Tradicional	Pandemia leva famílias para as ruas de São Paulo e acelera mudança de perfil da população sem-teto
8 – AGÊNCIA PÚBLICA 28 jun. 2021	Independente	Mais invisíveis que o vírus
9 - SUL 21 31 jul. 2021	Independente	Fome leva às ruas de Porto Alegre pessoas que têm onde morar, dizem entidades
10 - FOLHA DE S.PAULO 7 ago. 2021	Tradicional	Metalúrgico, músico, doméstica, atendente de fast-food; brasileiros despejados vão morar na rua

A reportagem “Invasão define o caos urbano na região central de Florianópolis”, do Grupo ND (SC), integra o *Relatório ND*, um caderno de 36 páginas encartado na edição de 22/23 de agosto de 2020 do jornal *Notícias do Dia* e disponibilizado também no site do jornal, com reportagens de tevê no mesmo período⁴. O tema central do caderno são as chamadas “invasões” em Florianópolis e nos três municípios vizinhos, São José, Palhoça e Biguaçu. A manchete e a linha de apoio do caderno são a seguintes:

⁴ O tema foi inicialmente abordado em março de 2019, quando o Grupo ND fez circular o *Dossiê Floripa*, impresso de 20 páginas que elegia as ocupações, chamadas de “invasões”, como um dos principais problemas de Florianópolis, sob a manchete “Invasões e Omissão”. Em julho de 2021, o Grupo ND mais uma vez tratou do assunto em quatro debates de tevê sob o título “Conexão ND Especial – Cidade Ameaçada”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

Cidade ameaçada

Invasões e construções clandestinas que se alastram pela Grande Florianópolis provocam desordem urbana e levantam a questão: qual tipo de cidade queremos para viver? O ND foi atrás de respostas

Destacam-se para a análise, inicialmente, as ideias de ameaça e clandestinidade. Ameaça, registram os dicionários, é sinal ou palavra cujo fim é advertir ou atemorizar. Traz a promessa de castigo ou de malefício, prenúncio de qualquer coisa má. Já a palavra clandestino vem do latim e significa "às ocultas". Feito às escondidas. Com relação à invasão, Citteli e Baccega, em estudo sobre a retórica da manipulação, afirmam que os pares opostos invadir e ocupar promovem conotações completamente diferentes sobre o sentido da ação sobre a terra: “*Invadir* carrega semas como ‘tomar aquilo que não nos pertence’; já o lexema *ocupar* nos indica semas como ‘estar em lugar devoluto’” (CITELLI; BACCEGA, 1989, p. 25, com grifos no original). Utilizar um ou outro implica aderir a visões de mundo e concepções diferentes de organização da sociedade.

A ideia da “desordem urbana” aparece na associação das favelas e da pobreza à violência e ao narcotráfico, com prejuízos à paisagem e ao turismo, justificção ideológica das organizações dos grupos dominantes de Florianópolis para selecionar quem merece viver na cidade, como mostra a abertura da citada reportagem:

Invasão. Esta palavra significa ocupar um espaço pela força. Sua origem remonta ao latim, difundido pelo mundo durante os séculos de expansão do Império Romano. É a palavra que melhor define o caos urbanístico que se impõe pela vegetação, morros, ruas e praias de Florianópolis. Espaços que estão sendo tomados pela força e a contragosto de todos que habitam, visitam e vivem a cidade.

A paisagem natural, que combina a biodiversidade da mata atlântica e a exuberância das encostas cercadas pelo oceano Atlântico é atacada dia após dia por construções que se proliferam mais rápido do que a ação do poder público. Do norte ao sul da Ilha são mais de 60 pontos com alta incidência de ocupações, com moradias precárias e obras clandestinas em áreas proibidas.

As montanhas de Florianópolis, que conjugam com as praias e lagoas, perdem o verde e viram morros com tons de cimento e tábuas. São moradias que se amontoam em pedaços de terra na vertical. O resultado é uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

paisagem indesejável, que lembra o lado sombrio do Rio de Janeiro: as favelas, a violência, o narcotráfico. (ROCHA, 22 ago. 2020)

A abordagem legítima e reproduz a ideologia dos grupos dominantes locais, para quem a cidade, na condição de produto turístico, deve ser usufruída somente por quem pode pagar por ela. As construções dos empobrecidos aparecem como desordem e depredação que atacam a paisagem. A afirmação de que os espaços das ocupações estão sendo tomados pela força é uma inversão ideológica ao ocultar o fato de que, periodicamente, as ocupações em Florianópolis são reprimidas por ações da Prefeitura amparadas pela Polícia Militar e Guarda Municipal (ABREU, 2019). No cotidiano, os moradores dessas ocupações criminalizadas vivenciam a alienação urbana em todas as formas apontadas por Sánchez-Casas. As instituições os oprimem, a cidade em sua plenitude lhes é negada e nem no discurso jornalístico essas populações empobrecidas obtêm algum tipo de legitimação de sua luta por moradia em plena pandemia, sendo sua existência rotulada como indesejável.

Encontram-se abordagens diferentes nas outras nove reportagens analisadas, as quais, com graus variados de aprofundamento, revelam o agravamento, pela pandemia, das condições de sobrevivência de populações no espaço urbano, indo do aluguel instável à ocupação e da remoção à situação de rua:

Igor de Jesus, 25, e a mulher, Geovana Almeida, 20, as filhas Lunna, 1, e Carolin, 5, foram os primeiros a chegar por ali. Catador de materiais recicláveis, o rapaz viu seu ganho despencar durante a pandemia. O casal morava em uma ocupação na zona leste e acabou indo parar na rua após uma ação de reintegração de posse. “Consigno menos da metade de antes e na rua dobrou o número de catadores”, diz. (SANT’ANNA, 30 mar. 2021)

Também são relatadas situações tidas como não tão frequentes antes da pandemia, como as de famílias que têm casa, mas vão às ruas buscar comida:

Tem muita gente que eu não conheço na rua, porque as pessoas estão dando McDonald’s, estão dando lanche e dentro de casa não tem o que comer. O que eles estão fazendo? Pegando os filhos e vindo para a rua para pegar as

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

doações da rua que estão bem melhor do que em casa”, diz. (GOMES, 31 jul. 2021)

A presença de pessoas em situação de rua em regiões distantes dos centros das capitais igualmente é apontada nas reportagens, como mostram os seguintes fragmentos:

Darcy Costa diz que o Movimento Nacional da População em Situação de Rua vem notando também um “aumento da população em situação de rua nas periferias”. “São as regiões que menos a política de fato alcança. Porque elas estão mais afastadas, mas a gente sabe que há um número crescente dessa população nas bordas da cidade”, diz. (CÍCERO, 28 jun. 2021)

Em São Paulo, os novos sem-teto estão por toda parte, incluindo os bairros de classe média e média-alta. Na Lapa, antigo polo industrial na zona oeste, o metalúrgico Jonas Evangelista, 30, dorme ao lado da namorada Nicole Milena, 25, na grama de um acostamento.

[...]

Na Sé, região centro da capital, a venda dessas barracas virou uma prática: quem ganha dinheiro para sair da rua, passa a lona para o recém-chegado. (SOPRANA; SANTOS, 7 ago. 2021)

Em várias reportagens aparece a alienação vivida como dominação no cotidiano de relações com o meio institucional. Três exemplos são às referências **1)** à rotina dos abrigos e albergues; **2)** à fiscalização de vendedores tidos como irregulares e **3)** às medidas adotadas pelos órgãos públicos para impedir a permanência de pessoas em situação de rua em espaços públicos, como nos seguintes fragmentos das reportagens do *El País*, da *Agência Pública* e da *Folha de S. Paulo*:

1) Há poucos abrigos que recebem famílias inteiras. Nos masculinos, os horários são mais restritos e os homens não podem entrar com crianças. No de mulheres, as crianças podem entrar, mas não podem ficar sozinhas. “Como a mulher vai buscar emprego assim?”, questiona Reimberg. “Temos uma assistência que está reproduzindo as lógicas patriarcais, em que a mulher tem que ficar com as crianças e o homem tem que buscar trabalho.” Verônica vive no dia a dia essas dificuldades, mesmo estando em um dos poucos abrigos voltados para famílias. “Até 20h temos que estar lá. Tem lavanderia coletiva e muitas regras. Preciso recuperar minha autonomia, mas está muito difícil por causa dessa pandemia”, lamenta. (BETIM, 2 jun. 2021)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

2) A preocupação não era apenas com a alimentação. O aluguel angustiava Severino, que, sem conseguir gerar renda, recorreu ao auxílio emergencial para quitar os R\$ 450 dos dois cômodos em que morava. “Desses R\$ 600 eu pagava o aluguel, a água e a energia. Não sobrava nem R\$ 100 para comer. Mas, quando [o auxílio] diminuiu pela metade, aí me apertou de vez. Tentei voltar a vender água e chocolate para completar o dinheiro do aluguel, mas o ‘rapa’ [equipe da prefeitura que apreende os produtos comercializados nas ruas por vendedores irregulares] levou minha mercadoria e fiquei zerado”, relembra. “Eu falei para ela [proprietária do imóvel] o que tinha acontecido e pedi para pagar o mês parcelado, mas ela não aceitou. Como eu não tinha como pagar, tive que deixar as minhas coisas. Saí com a cama, o colchão e a minha cachorrinha”, conta. (CÍCERO, 28 jun. 2021)

3) João dormia com a mulher e a filha de dois anos sob o viaduto Dom Luciano Mendes de Almeida, no Tatuapé, zona leste de São Paulo. Um dia assistiu homens da prefeitura colocarem pedras pontiagudas do lado de lá da avenida Salim Farah Maluf. Depois, viu um senhor de 72 anos, um padre, usar uma marreta para retirar os blocos que impediam que moradores de rua, como ele, tivessem o chão do viaduto como teto⁵. (SANT'ANNA, 30 mar. 2021)

Quando necessárias ou buscadas, as instituições são inacessíveis, mostram outros dois relatos:

Buscou o auxílio emergencial, mas ficou sem acesso ao benefício quando perdeu a carteira de identidade. Ele reclama da burocracia para conseguir tirar o documento e do reflexo mais duro: ficou sem qualquer renda. Não conseguiu mais pagar o aluguel e foi para a rua. (MENEZES, 23 fev. 2021)

Até então, o dinheiro que Karine recebia da Prefeitura de São Paulo pagava o aluguel em uma casa, mas o auxílio foi interrompido. “Disseram que acabou

⁵ A referência é ao padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo, que, no dia 2 de fevereiro de 2021, quebrou a marretadas os blocos de paralelepípedos instalados pela Prefeitura na parte inferior de viadutos na Zona Leste da capital, especificamente sob os viadutos Dom Luciano Mendes de Almeida e Antônio de Paiva Monteiro, localizados na Avenida Salim Farah Maluf. Por terem relação com as falas dos entrevistados, reproduzimos a resposta do padre a uma pergunta feita a ele em reportagem da *Folha de S. Paulo* (MAIA, 27 out. 2020):

Por que muitas pessoas que vivem nas rua se recusam a utilizar os serviços dos albergues públicos?

De acordo com o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua, “toda a política voltada a esse público é sempre de tutela. Não há mecanismos de emancipação”.

Para Lancellotti, os moradores de rua querem gerir minimamente a própria vida, o que é impossível dentro dos espaços controlados pelo poder público. “Tem hora para tudo. Isso desestimula”, diz.

O pároco também avalia que a política de abrigamento erra ao não contemplar as especificidades existentes dentro dos grupos de rua. Muitos albergues não oferecem vagas para famílias. Quem vive de catar reciclados tem poucos lugares para guardar as carroças.

As pessoas com animais de estimação também preferem ficar na rua porque a maioria dos albergues não tem canil. Pessoas sem-teto também já disseram que a falta de higiene, a má qualidade da comida e o medo de pegar doenças em albergues os afastam desses espaços. (MAIA, 27 out. 2020)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

o prazo que tinham pra me dar, mas por eu ter o menino, acho que não era para ter cortado, né?”. (VELOSO, 30 abr. 2021)

Nos cinco depoimentos, as instituições aparecem como um poder indiferente ao desespero dessas populações, oprimindo e restringindo a liberdade, fazendo do cotidiano uma experiência ainda mais intolerável, ou se omitindo em seu papel. Verifica-se, porém, que os veículos apontam de forma mais ou menos fragmentada as causas dessas opressões/omissões e dos conflitos socioespaciais pelos quais o estado é responsável.

A alienação por segregação aparece também na análise de pesquisadores chamados a falar sobre o tema:

Larissa Lacerda, pesquisadora do LabCidade, vê dificuldades em mapear a demanda e as novas ocupações por falta de dados. “Pesquisas como o Censo, realizado pelo IBGE e cancelado neste ano pelo governo federal, poderiam nos oferecer esses dados ou algo aproximado”, opina. Ocupações podem ser formadas e removidas em um período muito curto, aponta, e às vezes nem mesmo os pesquisadores da área ficam sabendo. “Há uma população flutuante, posta em constante deslocamento em busca de uma nova solução, sempre provisória, de moradia. Grupos sociais que já eram submetidos a processos variados de precarização [como famílias lideradas por mulheres negras] se viram agora em condições ainda mais adversas”, observa. (VELOSO, 30 abr. 2021)

No entendimento de que o jornalismo comprometido com a crítica do cotidiano precisa elucidar a experiência vivida no espaço, contrapondo-se ao jornalismo que interpreta os conflitos socioespaciais unicamente a partir da lógica do estado e do mercado, destaca-se um fragmento de uma das reportagens da *Folha de S. Paulo* intitulada “Metalúrgico, músico, doméstica, atendente de fast-food; brasileiros despejados vão morar na rua”. Nela, a coordenadora de uma ocupação na zona leste de São Paulo afirma: “A gente também não chama de barraco, a gente chama de apartamento, para chamar à existência algo que não existe ainda” (SOPRANA; SANTOS, 7 ago. 2021).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

A afirmação evoca a obra de H. Lefebvre, para quem uma revolução, para realizar todo seu potencial, precisa gerar efeitos na vida cotidiana, na linguagem e no espaço. Para isso, ele reclamava uma invenção, uma *poiésis*, uma fala criadora, que limitasse as “pretensões ilimitadas da mercadoria” e do seu mundo (o dinheiro) e também não as substituísse “(...) por sujeições ‘superiores’ e pelos valores da moral e da política” (LEFEBVRE, 1966, p. 337).

Em sua fala, a moradora usa a palavra apartamento, o objeto tão simbólico da vida urbana, para nomear a concretude de um barraco. Mas a palavra carrega o desejo, o porvir, nomeando o que ainda não existe, o direito de habitar histórica e sistematicamente negado àquelas populações. Do ponto de vista da comunicação/jornalismo, é nessa perspectiva que se traz a crítica de Tavares (2015), para quem a comunicação comunitária/popular/transformadora não deve se reduzir a "democratizar" o que aí está, e sim avançar para a soberania comunicacional, dentro de um estado também soberano e destituído das amarras do capital, superando a posição de resistência e caminhando para a conquista dos meios massivos, articulada aos que lutam para transformar o mundo: “Avançar para o novo, ser capaz de pavimentar outra práxis” (TAVARES, 2015).

Conclusão

As reportagens analisadas visibilizam o processo de agravamento, principalmente nas maiores cidades do país, das condições de moradia em função da pandemia de Covid-19. Populações com dificuldades de pagar aluguel se viram forçadas a buscar abrigo em ocupações urbanas, mas, desalojadas por remoções, enfrentam agora a situação de rua, buscando continuamente formas de sobrevivência. Para elas, a cidade paulatinamente encolhe, restando tendas, barracas e pisos de viadutos. As formas como se vive a alienação urbana hoje, no contexto de pandemia no Brasil, se tornam ainda mais complexas, se observarmos que Sánchez-Casas publicou o livro no qual teoriza sobre elas no contexto europeu do final dos anos 1980.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

As coberturas jornalísticas trazem à tona relatos das faces cada vez mais perversas da alienação urbana sob a crise econômica, o desemprego e a pandemia: a miséria se alastrando do centro para as periferias das cidades, a busca da rua para saciar a fome mesmo pelos que têm moradia e as omissões e coerções institucionais nos abrigos, nas arquiteturas excludentes e na criminalização de formas consideradas ilegais de sobrevivência. Um aspecto importante nos textos é a abertura à fala de quem experimenta, no cotidiano, o desespero e o abandono à espera de soluções que não aparecem. Faltam, porém, abordagens mais aprofundadas do papel do estado nesse processo, em especial sob o governo de Jair Bolsonaro.

Das análises destaca-se a posição do grupo de mídia catarinense ND, que desde 2018 – e de forma ainda mais intensa a partir do início da pandemia – sistematicamente criminaliza as ocupações urbanas e seus moradores em Florianópolis e cidades vizinhas. A ideologia posta em funcionamento credita aos empobrecidos a responsabilidade pela destruição da paisagem da cidade, valorizada como mercadoria turística, legitimando o discurso dos grupos dominantes e ocultando o papel deles nos processos ambientalmente insustentáveis provocados pela expansão do setor de turismo.

Cabe destacar que, com exceção do ND, o conjunto de reportagens tem o mérito de mostrar a luta cotidiana pela sobrevivência dos empobrecidos nas grandes cidades ao longo da pandemia, ainda que nem todas articulem os dramas individuais às iniciativas coletivas de luta por moradia, tais como os movimentos ligados à campanha Despejo Zero. De todo o modo, é elucidando a experiência vivida no espaço que o jornalismo comprometido com a crítica do cotidiano pode contribuir para desvendar os mecanismos ideológicos e mostrar o drama das populações jogadas às ruas na pandemia de Covid-19.

Referências

ABREU, Míriam Santini de. **Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis.** (Tese de Doutorado). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC), 2019. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PJOR0134-T.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

BETIM, Felipe. Pandemia leva famílias para as ruas de São Paulo e acelera mudança de perfil da população sem-teto. **El País**. São Paulo (SP), 2 jun. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-02/pandemia-leva-familias-para-as-ruas-de-sao-paulo-e-acelera-mudanca-de-perfil-da-populacao-sem-teto.html?fbclid=IwAR3w4pMMI0FisOr-n2YX24ZuYHi-OFj0WxPxfnOtgP2m9MmDlocRJvLfrRg>. Acesso em: 8 ago. 2021.

CEREJO, Lucas; REGUEIRA, Chico. Sem renda e sem emprego, pessoas são obrigadas a viver nas ruas do Rio. **G1**. Rio de Janeiro (RJ), 24 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/24/sem-renda-e-sem-emprego-pessoas-sao-obrigadas-a-viver-nas-ruas-do-rio.ghtml>. Acesso em: 8 ago. 2021.

CÍCERO, José. Mais invisíveis que o vírus. **Agência Pública**. São Paulo (SP), 28 jun. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/06/mais-invisiveis-que-o-virus/>. Acesso em: 8 ago. 2021.

CITELLI, Adílson Odair; BACCEGA, Maria Aparecida. Retórica da manipulação: os Sem-Terra nos jornais. **Revista Comunicações e Artes**, São Paulo, ECA-USP, n° 20, abr. 1989. p. 23 a 29.

DAMASCENO, Victoria. Pandemia e pobreza transformam São Paulo em cidade das tendas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo (SP), 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/04/pandemia-e-pobreza-transformam-sao-paulo-em-cidade-das-tendas.shtml>. Acesso em: 8 ago. 2021.

DESPEJO ZERO. Em defesa da vida no campo e na cidade. Disponível em: <https://www.campanhadespejzero.org/>. Acesso em: 8 ago. 2021.

GOMES, Luís. Fome leva às ruas de Porto Alegre pessoas que têm onde morar, dizem entidades. **Sul 21**. Porto Alegre (RS). 31 jul. 2021. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/07/fome-leva-as-ruas-de-porto-alegre-pessoas-que-tem-onde-morar-dizem-entidades/>. Acesso em: 8 ago. 2021.

IASI, Mauro. Reflexão sobre o processo de consciência. In: **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A linguagem e a sociedade**. Lisboa: Ulisseia, 1966.

MAIA, Dhiego. Alta de moradores de rua após pandemia exigirá resposta de prefeito de SP em diversas áreas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo (SP), 27 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/alta-de-moradores-de-rua-apos-pandemia-exigira-resposta-de-prefeito-de-sp-em-diversas-areas.shtml>. Acesso em: 8 ago. 2021.

MENEZES, Maiá. Pobreza da pandemia tira até o teto: ‘Sem renda, não tive opção’, diz morador de rua. **O Globo**. Rio de Janeiro (RJ). 23 fev. 2021. Disponível em:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

17

<https://oglobo.globo.com/economia/pobreza-da-pandemia-tira-ate-teto-sem-renda-nao-tive-opcao-diz-morador-de-rua-1-24893803>. Acesso em: 8 ago. 2021.

ROCHA, Vanessa da. Relatório ND: Invasão define o caos urbano na região central de Florianópolis. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 22 ago. 2020. Suplemento, 36 p. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-invasao-define-o-caos-urbano-na-regiao-central-de-florianopolis/>. Acesso em: 8 ago. 2021.

SÁNCHEZ-CASAS, Carlos. **La construccion del espacio social**. Madrid: Editorial Eusya. 1987.

SANT'ANNA, Emilio. Desemprego, fome e falta de teto escancaram a miséria na São Paulo pandêmica. **Folha de S. Paulo**. São Paulo (SP), 30 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/desemprego-fome-e-falta-de-teto-escancaram-a-miseria-na-sao-paulo-pandemica.shtml>. Acesso em: 8 ago. 2021.

SILVA, Ludovico. **Teoria y practica de la ideologia**. México: Editorial Nuestro Tiempo. 1971.

SILVA, Mariana da Rosa. **Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185627>. Acesso em: 8 ago. 2021.

SOPRANA, Paula; SANTOS, Bruno. Metalúrgico, músico, doméstica, atendente de fast-food; brasileiros despejados vão morar na rua. **Folha de S. Paulo**. São Paulo (SP), 7 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/metalurgico-musico-domestica-atendente-de-fast-food-brasileiros-despejados-va-morar-na-rua.shtml>. Acesso em: 8 ago. 2021.

TAVARES, Elaine. A comunicação popular e a soberania popular. **IELA**. 15 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/comunicacao-popular-e-soberania-popular>. Acesso em 8 ago. 2021.

VELOSO, Lucas. Sem dinheiro para o aluguel, famílias formam novas favelas em SP. **Folha de S. Paulo**. São Paulo (SP), 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/04/sem-dinheiro-para-o-aluguel-familias-formam-novas-favelas-em-sp.shtml>. Acesso em: 8 ago. 2021.